

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



# **BOLETIM DE CONJUNTURA**

**BOCA**

Ano III | Volume 7 | Nº 21 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.5202798>



## MÉTODO E PRÁTICA: A HISTÓRIA E A ATUALIDADE DAS ESPECIFICIDADES DA HISTORIOGRAFIA ANTIGA

*Lucas Barroso<sup>1</sup>*

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as especificidades da escrita da história do Mediterrâneo antigo, mobilizando conceituações e aparatos narrativos de diversas temporalidades, perpassando a antiguidade até a contemporaneidade. Nesse sentido, para tal empreendimento, mobilizaremos arcabouços teóricos já consolidados de autores clássicos como Croce (1964), Ankersmit (1988), Loraux (1992) e Ranke (2010), e também de historiadores mais atuais como Guarinello (2003), Vlassopoulos (2007) e Cabanes (2009). Além disso, tendo como norte as particularidades intrínsecas ao distanciamento temporal da Antiguidade, também proporemos discussões acerca do próprio tempo histórico em si, partindo do impacto do tempo presente no ato da narrativa historiográfica.

**Palavras chave:** Antiquismo. História. Mediterrâneo Antigo.

### Abstract

This article aims to analyze the specificities of the writing of the history of the Ancient Mediterranean, mobilizing concepts and narrative devices from different temporalities, going from antiquity to contemporary times. In this sense, for this endeavor, we will mobilize theoretical frameworks already consolidated by classic authors such as Croce (1964), Ankersmit (1988), Loraux (1992) and Ranke (2010), and also by more current historians such as Guarinello (2003), Vlassopoulos (2007) and Cabanes (2009). In addition, taking as a guide the peculiarities intrinsic to the temporal distancing of Antiquity, we will also propose discussions about the historical time itself, starting from the impact of the present time in the act of historiographical narrative.

**Keywords:** Ancient Mediterranean. Antiquity. History.

## INTRODUÇÃO

Ao longo da escrita da história universal da humanidade, o fascínio pelo passado longínquo tomou – e ainda toma – conta da imaginação dos historiadores. Partindo disso, não é à toa que a Antiguidade, isto é, o período histórico compreendido arbitrariamente entre a decodificação da escrita por volta de 4.000 a.C. até a queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C., desperta tanto o interesse dos estudiosos, uma vez que engendra uma atração pelo desconhecido e empecilhos que instigam os historiadores antiquistas. Nesse sentido, é válido salientar que, para narrar os acontecimentos desse recorte temporal, especificidades precisam ser levadas em conta, posto que a confluência de um discurso poético-mitológico com a historiografia antiga, aliada à ausência de fontes

<sup>1</sup> Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e licenciando em História pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). E-mail para contato: [lucas.barroso@ufrj.br](mailto:lucas.barroso@ufrj.br)



historicamente confiáveis e à urgência criativa de metodologias inovadoras, compõe o ambiente da escrita dessas narrativas históricas.

Tendo como norte as constatações supracitadas acima, neste breve texto, buscar-se-á realizar uma análise historiográfica e bibliográfica, a partir das construções das narrativas tanto antigas quanto atuais sobre a Antiguidade Mediterrânea, destacando as especificidades contidas intrinsecamente nesses processos sociais. Nesse sentido, a partir principalmente dos pressupostos de Loraux (1992), Guarinello (2003), Vlassopoulos (2007) e Cabanes (2009), será nosso objetivo apresentar um panorama geral sobre o modo como os poetas antigos e os historiadores antiquistas pensam o passado longínquo, bem como também será abordar alguns usos específicos de temporalidades, conceitos, métodos e teorias que são transversais ao antiquismo. Por fim, não poderíamos deixar de tecer uma breve reflexão sobre o impacto do tempo presente do historiador em seu próprio fazer histórico e da interpretação da historiografia como componente de um passado-presente, partindo da postura de Croce (1964) e de Ankersmit (1988).

Não obstante, para bem compreendermos boa parte das totalidades das especificidades presentes na historiografia antiga é importante aprofundarmos inicialmente na forma específica da construção da eficácia dos discursos poéticos no contexto das *póleis* gregas, uma vez que eles levantam importantes debates que influenciaram a narrativa histórica da época e, ainda, influenciam o trabalho historiográfico até os dias de hoje. Tal empreendimento nos elucidará quanto à possível validade de certas fontes literárias e como elas podem ser utilizadas no cerne da escrita da narrativa histórica antiquista, tanto no contexto grego da época quanto na atualidade, relacionando-as às claras especificidades intrínsecas à historiografia antiga.

## O DISCURSO POÉTICO-MITOLÓGICO NA GRÉCIA ANTIGA: O INÍCIO DA ESPECIFICIDADE DA NARRATIVA HISTÓRICA ANTIQUISTA

O início da tradição histórica remonta ao Período Clássico das *póleis* gregas antigas, principalmente nos séculos V e IV a.C., partindo das contribuições de grandes pensadores, como Heródoto e Tucídides, por exemplo. Surgida como uma modalidade do discurso, a história, nesse período, cumpre uma função social de preservação e imortalização dos acontecimentos dignos de serem recordados, conferindo-os glória eterna. Sobre esse empreendimento eternizador, em específico, vale destacar que ele é decorrente da especificidade da tradição poético-mitológica do Período Arcaico, em que o Louvor dos Poetas desempenhava importantes funções socioculturais. Dessa forma, o discurso poético e o discurso histórico na cultura grega antiga influenciaram-se mutuamente de forma específica, seja de modo convergente ou divergente.



Inicialmente, antes de adentrarmos no entendimento da relação entre eles, é importante que façamos uma conceituação sobre esses dois termos mobilizados. Para tal, como norte, usaremos a preceituação de Aristóteles, contida na *Poética*. De acordo com o filósofo macedônio, “a Poesia é imitação das ações humanas e a História é a narração dos eventos realmente ocorridos” (MACHADO, 2010, p. 2). Desse modo, a partir dessa concepção, é possível inferir que tais discursos, mesmo semelhantes entre si, apresentavam diferenças fundamentais, como a metodologia e o uso ou não de uma razão secularizada, por exemplo, o que lhes confere suas particularidades e especificidades.

Para compreendermos essas relações, agora sim, é necessário que voltemos ao Período Arcaico, com intuito de examinarmos a relevância do discurso poético oral no berço da construção da narrativa histórica, isto é, nas sociedades das *póleis* gregas antigas. Segundo Marcel Detienne, “do século XII ao século IX, a civilização grega fundava-se não sobre a escrita, mas sobre as tradições orais” (DETIENNE, 1988, p. 16). Para tal, para o desenvolvimento da memória popular, esse fato exigia grande atuação específica dos Poetas, que, por meio de técnicas precisas da palavra cantada, louvavam os acontecimentos merecedores de lembrança eterna.

Resgatando a visão de Teócrito, poeta de grande destaque no Período Helenístico, a função do Poeta está atrelada à celebração dos Imortais, bem como à valorização dos grandes feitos dos homens corajosos dotados de virtude. Ou seja, tradicionalmente, o fazer poético está ligado a fatos políticos humanos. Entretanto, concomitantemente a isso, a mesma palavra cantada que celebra o feito espetacular de homens mortais também conta a história dos deuses, havendo, como Detienne assim chamou, uma “dualidade da poesia” (DETIENNE, 1988, p. 17), o que demonstra uma das principais particularidades desse estilo narrativo típico da Antiguidade Mediterrânea.

De acordo com a tradição mitológica, a atuação dos Poetas está ligada à visão sobrenatural concedida pelas Musas, filhas de *Mnēmosýnē* (entidade de personificação da memória na mitologia grega), que através de possessões, concediam o acesso às memórias distantes do passado. Por meio dessa rememoração sobrenatural bem específica do contexto mitológico grego, o Poeta inspirado “tem acesso direto (...) aos acontecimentos que evoca” (DETIENNE, 1988, p. 17), havendo uma confluência entre a memória divina e a dúbia veracidade, posto pelo fato de que “ninguém a contesta, ninguém a contradiz” (DETIENNE, 1988, p. 23).

Ainda sobre a relevância dos Poetas para o “Berço da Razão Ocidental”, é fundamental compreendermos a concepção grega de Verdade, que é resultado do empreendimento específico de diversos pensadores da época. Sendo o oposto de esquecimento e não de inverdade, a *Alétheia*, a tradução de Verdade em grego, possui dimensões ética e estética, estando associada especificamente a ideia de bem, beleza e virtude. “Nesse nível de pensamento, se o poeta está verdadeiramente inspirado,



se seu verbo se funda sobre um dom de vidência, sua palavra tende a se identificar com a ‘Verdade’” (DETIENNE, 1988, p. 23). Assim, o discurso poético se apresenta como eficaz, apresentando um estatuto mágico-religioso extremamente específico em seu contexto de surgimento, o que demonstra a sua singularidade.

Incumbido de feitos grandiosos, à sua época, a figura do Poeta, o chamado Mestre da Verdade por seus feitos memorísticos, era extremamente valorizada na sociedade e na cultura mediterrâneas. Contornando o problema do esquecimento, a potência da morte, e partindo da tese de que, na Antiguidade, a poesia é a potência da vida, “somente a Palavra de um cantor permite escapar do Silêncio e da Morte” (DETIENNE, 1988, p. 20), posto que, por meio de seu Louvor, concede o privilégio da lembrança eterna – naturalmente privada – aos feitos grandiosos. Os melhores exemplos do enaltecimento do Poeta ocorrem nos poemas de Homero e Hesíodo.

Dando um enfoque especial para a escrita homérica, vale destacar a influência que o conceito de *Alétheia* tem sobre o seu processo criativo, o que constitui uma grande peculiaridade dessa fonte. De acordo com Erich Auerbach (1976), no capítulo “A cicatriz de Ulisses”, de seu livro *Mimesis*, as principais características de Homero são: a narrativa em primeiro plano e em um “presente uniformemente iluminado, uniformemente objetivo” (p. 5); o perfeito detalhamento (p. 2); a distensão do leitor (p. 3); e o excesso de acessórios linguísticos (p. 4). Tais elementos específicos se dão pelo fato de que a “necessidade do estilo homérico de não deixar nada do que é mencionado na penumbra ou inacabado” (AUERBACH, 1976, p. 3) está intimamente relacionado com o caráter eternizador específico do discurso poético antigo, pelo fato da necessidade de tudo ficar extremamente explicado e visível. Desse modo, mesmo antes dos Poetas arcaicos, o conceito grego de Verdade mobilizava a atenção dos pensadores antigos, como ocorre na escrita homérica, e demonstra a sua especificidade narrativa.

De forma análoga à ação dos Poetas, o discurso histórico na Grécia Clássica também tinha o objetivo de imortalizar “feitos excelentes” e dotados de virtude, como está expresso nas *Histórias* de Heródoto, imortalizado por Cícero de “*pater historiae*” (Pai da História). No entanto, para isso, uma metodologia específica era utilizada pelos historiadores antigos. Os escritores da História, que não são Mestres, entendiam as ideias como sendo a própria Verdade. Para isso, os seus métodos, agora laicizados, mas igualmente específicos, não se fincavam mais na invocação das Musas, mas sim nas memórias comuns dos testemunhos grandiosos de pessoas comuns, como está demonstrado na *História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides, historiador que prezava pela veracidade dos seus fatos narrados, em detrimento da falta de verificação das estórias louvadas pelos poetas. Assim, mesmo divergentes entre si, os empreendimentos poético e histórico nas *póleis* gregas antigas foram



fundamentais para a formulação do discurso épico da época, apresentando bases fundamentais e específicas que perduram até os dias de hoje.

De forma sintética, com os mitos, as civilizações gregas aprendiam exemplos de moralidade e conduta na política e na sociedade, além de virtudes da nobreza. Não é à toa que, devido a isso, a poesia ocupou local de destaque no Mediterrâneo Antigo, posto que havia um consenso popular de que a tradição épica era necessariamente baseada em fatos concretos e Verdadeiros (FINLEY, 1989, p. 6). Como vimos, com a intenção de celebrar feitos espetaculares de homens mortais e narrar a história dos deuses, o poeta adquire prestígio social, que se perdurou da época micênica até o fim da arcaica, posto que, por meio de seu Louvor, concede o privilégio da memória aos feitos grandiosos de mortais e deuses (DETIENNE, 1988, p. 20).

Sendo assim, a partir da compreensão da atuação dos Poetas, como um produto específico de uma tradição poético-mitológica do Período Arcaico, é possível analisar como a especificidade é intrínseca a qualquer narrativa histórica antiga, sendo ela localizada na antiguidade ou na contemporaneidade. Entretanto, ao investigar tais fontes, mais um debate historiográfico submerge quanto à validade histórica desses discursos poéticos, uma vez que são norteadas por uma realidade impregnada de mitos. Dessa forma, a partir desse instante, mobilizaremos nossas atenções a essa questão, visando entendê-la no cerne da questão do método e das especificidades da chamada historiografia literária antiga.

## A ESPECIFICIDADE DA POESIA ANTIGA: HISTORIOGRAFIA OU LITERATURA?

Diferentemente da memória individual que teoricamente é espontânea e inconsciente, a memória de grupo é deliberada, uma vez que tem a intenção de servir a um determinado fim conhecido pelo sujeito e/ou grupo social que o executa. Nessa direção, a tradição oral nas *póleis* gregas atendeu a objetivos imediatos e práticos das famílias nobres de várias comunidades, tanto no interesse de lembrar episódios históricos que lhes convinha quanto em consolidar posições sociais a partir de tradições públicas. Por conta disso, segundo Finley (1989), a poesia não pode ser um instrumento com que o historiador possa contar “na natureza das coisas”, posto que nem o interesse de sua produção e nem o processo de sua construção seriam históricos (FINLEY, 1989, p. 21).

Essa a-historicidade que, de acordo com Finley (1989) estaria contida, por exemplo, nos cânticos homéricos possibilita um debate sobre a verdadeira relevância historiográfica – ou não – de tais fontes literárias. E, ainda, contribui para tecer reflexões sobre a sua relação com os múltiplos interesses socioculturais que nortearam e norteiam o ato da narrativa histórica.



Indo de encontro com os argumentos de Finley (1989), Trabulsi (2001) defende a tese de que para se entender sobre as mentalidades, a mobilização política e a vida privada da sociedade ateniense, por exemplo, é necessário retornar aos relatos específicos da época. Nesse sentido, nada melhor do que debruçar os estudos historiográficos na leitura minuciosa da *Ilíada* e da *Odisseia*, por exemplo, uma vez que são resultados finais tanto de uma importante tradição oral quanto de uma realidade política presente unicamente na forma *pólis* (TRABULSI, 2001, p. 22-23), sendo elas duas características específicas do antiquismo mediterrâneo.

Não obstante, vale destacar que esse longo embate entre história e poesia já tomava conta dos campos do saber desde a Antiguidade Clássica. Em consonância com o silêncio da maioria dos filósofos gregos para com a narrativa histórica e a exaltação da poesia em detrimento dela, para Aristóteles, como ainda veremos posteriormente, “a poesia é mais filosófica e séria do que a história, pois aquela fala principalmente do universal e a história do particular” (FINLEY, 1989, p. 3). Mesmo que ao longo de sua vida não tenha se ocupado efetivamente do discurso histórico, a fala do filósofo macedônio demonstra uma intrinsecidade entre tais áreas do saber, uma vez que levanta a questão do idiografismo histórico e do dedutivismo – dois aspectos que também serão abordados posteriormente neste trabalho.

Sobre a poesia antiga, enquanto referenciada em suas modalidades épica, lírica e trágica, a questão social central não era saber se a narrativa era ou não historicamente confiável, tratava-se da questão da Verdade sobre a vida em geral (FINLEY, 1989, p. 5). Por conta disso, os mitos, como um mecanismo único de coesão e de difusão de saberes, eram a base específica dessas narrações. Conseqüentemente, como salientamos anteriormente, essa tradição influenciou o surgimento da narrativa histórica.

Os primeiros escritores da História começaram a trabalhar em uma realidade impregnada de mitos. Finley (1989) afirma que “sem o mito, na verdade, eles nunca teriam conseguido iniciar seu trabalho”. Isso aconteceu devido ao caráter universalista do mito que permitia tornar o passado inteligível e compreensível a partir de respostas e de focalizações de partes específicas dele. Dessa forma, o passado distante – e agora eternamente permanente – torna-se vivo na consciência dos homens a partir de ritos surgidos por intermédio dos mitos (FINLEY, 1989, p. 5-6), o que demonstra mais uma especificidade da historiografia literária antiga.

Retornando à poesia homérica, a partir de seu empreendimento memorialístico, é fato da sua importância para o estímulo ao surgimento do discurso histórico nas cidades-estados gregas. Por esse motivo, mesmo sendo influenciadas por uma tradição poético-mitológica da época e por interesses externos, a *Ilíada* e a *Odisseia* são importantes fontes históricas específicas do período. Não é à toa que existe uma proximidade entre a epopeia homérica e escavações arqueológicas de sítios importantes,



como descrito por Trabulsi (1989), por exemplo. Homero situa os feitos extraordinários de humanos em espaços geográficos aproximadamente definidos. Além disso, segundo o autor, foi por meio da decifração da escrita homérica que foi possível construir cronologias sobre esse período. Nesse sentido, a definição clássica de Bloch (2001) se faz presente a partir do empreendimento homérico, uma vez que, por intermédio dele, é possível ter acesso a relatos artísticos e representações literárias de contribuições de homens no tempo – mesmo que seja extraordinário e sobrenatural. Dessa forma, pode-se concluir que as narrativas de Homero podem ser utilizadas como importantes fontes histórico-literárias da Antiguidade e devem ser consideradas como tal, devido à sua característica representacional historicamente específica e à sua influência nas narrativas históricas posteriores.

Nessa via, a partir da exposição desse importante debate historiográfico que até hoje mobiliza a atenção de grandes historiadores, é possível avançar temporalmente e até pensar na proposição de novos debates que norteiam o processo da narrativa histórica. Nesse sentido, continuando a pensar a partir de particularidades, daremos início a um novo momento neste trabalho ao adicionar a questão dos empecilhos na discussão que estamos travando. Dessa forma, a pensaremos em sua própria natureza e tentaremos analisá-los dentro de seus contextos, pensando ainda na possibilidade de interpretá-los como um dos grandes estímulos para o historiador antiquista.

## IMPORTANTES DEBATES HISTORIOGRÁFICOS SOBRE O ANTIQUISMO NA ATUALIDADE: ESPECIFICIDADES E ESTÍMULOS

Com o passar dos anos da escrita da história universal da humanidade, o fascínio pelo passado longínquo continuou tomando conta da imaginação dos historiadores. Não é à toa que desde a Antiguidade Clássica, Aristóteles, mesmo não tendo se ocupado efetivamente da narrativa histórica, já construía seus discursos a partir da polarização entre o universal e o particular, sendo o primeiro um sinônimo de seriedade metodológica, segundo o próprio filósofo<sup>2</sup>.

Conceitualmente, na premissa dedutivista, há o empenho de construir generalizações e leis gerais para deduzir conclusões a questões particulares. Nessa direção, mesmo que as causas das manifestações dos indivíduos sejam ocultas e confusas, Kant (1986), por exemplo, afirma que, com a observação das linhas gerais, é possível descobrir o curso regular de “um desenvolvimento continuamente progressivo, embora lento, das suas disposições originais” (KANT, 1986, p. 9).

<sup>2</sup> O filósofo pré-socrático, no nono capítulo de sua *Poética*, afirma que “a poesia é mais filosófica e séria do que a história, pois aquela fala principalmente do universal e a história do particular. Por ‘universal’ entendo que determinado indivíduo dirá ou fará determinadas coisas segundo a verossimilhança ou a necessidade; esse é o propósito da poesia, acrescentar os devidos nomes às suas personagens. Por ‘particular’ refiro-me ao que Alcibiades fez e pelo que passou” (FINLEY, 1989, p. 3).





Já no idiografismo, o individual, como condição ou qualidade do indivíduo social, ganha destaque, posto que há uma valorização especial de características como localidade, particularidade e especialidade. Nesse sentido, segundo Leopold von Ranke, “o maior historiador do século XIX” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 137), compreender a história da humanidade a partir de conceitos totalizantes descobertos por uma dedução especulativa faria com que a ciência histórica perdesse toda a sua autonomia e o seu interesse idealmente científico, fazendo com que se subordinasse necessariamente às leis gerais da filosofia (RANKE, 2010, p. 204-205).

Neste presente trabalho, não tomaremos partido nesse longo debate sem fim, mas tentaremos traçar uma via paralela entre as linhas dedutivista e idiográfica, por acreditarmos na capacidade da figura do historiador em “justamente encontrar a especificidade de seu terreno de estudo, isto é o que é geral e particular ao mesmo tempo” (CABANES, 2009, p. 12). Nessa direção, em divergência ao entendimento a-universalista de Guarinello (2003, p. 58), partindo da necessidade de tornar o indivíduo social inteligível, destacamos a historiografia do Mediterrâneo Antigo, com todas as suas características específicas, como uma narrativa presente nesse íterim. Nessa direção, partindo desse e de outros debates historiográficos, analisar os empecilhos que estão presentes nessa área da história é de fundamental importância para a compreensão da sua especificidade enquanto narrativa de um passado histórico longínquo e, em grande parte, até inacessível.

Em consonância com as já mencionadas, uma das principais especificidades da historiografia antiga que destacaremos agora é a questão do mote impulsionador que inicia o ofício do historiador antiquista. Sendo ele decorrente de uma generalização ou não, motores de impulso da compreensão são inerentes ao fazer historiográfico, porém, especificamente na narrativa antiga, eles são objetos de longas discussões quanto às suas temporalidades e, conseqüentemente, validades. Nesse sentido, opondo tradicionalistas e modernistas, esse novo debate levanta a questão do tão temido anacronismo e das comparações que acabam usando o período como parâmetro referencial de suas analogias e comparações.

Pela divergência de dados e carência de documentações históricas de certas regiões, Cabanes (2009) afirma que aplicar métodos do presente para pensar a Antiguidade é um erro, principalmente, devido à dificuldade de entender o passado antigo a partir de noções contemporâneas ao historiador. O mais adequado nesse sentido, de acordo com o autor, é reconhecer as limitações do estudo antiquista e compreender esse período histórico a partir da ideia de um “um mundo novo, uma civilização exótica e abolida” (CABANES, 2009, p. 11) e aceitar a impossibilidade de uma quantificação exata do período. A literatura cabaneana até propõe uma conciliação entre arcaizantes e modernistas, trazendo a necessidade de mobilizar conceitos próprios das circunstâncias do tempo do historiador ao narrar fatos do passado,



porém o autor é extremamente supérfluo nessa possível tentativa, porque, ao mesmo tempo, também vê uma inoperância em seu uso para períodos tão longínquos (CABANES, 2009, p. 12). Isto é, nessa visão, evitar uma interpretação e uma conceituação anacrônicas tornam-se peças-chave do método mobilizado.

Já no outro polo deste debate, em virtude da distância temporal necessariamente já existente, analogias e comparações interespaciais e intertemporais acabam sendo tomadas como válidas no processo histórico. Tendo como norte a constatação da inacessibilidade ao passado longínquo, para os modernistas, o presente, enquanto meio de compreensão das temporalidades, é indispensável. Partindo disso, Loraux (1992) não secciona a historiografia de uma certa dose de práticas ditas “anacrônicas”, isto é, aquelas que tem o mote impulsionador partindo do tempo presente ao historiador. Desse modo, o medo de se cometer um anacronismo em si é visto como um bloqueador da audácia criativa do historiador.

Se no primeiro debate presente nessa seção do texto, não tomamos partido, mas buscamos uma síntese conciliadora, nesse segundo declaramos ser suspeitos, pois a negação do tempo presente na historiografia antiga não é uma fuga de um possível anacronismo, mas sim uma declaração formal de um a-historicismo. Isto é, ignorar o presente como um componente único da historiografia, em detrimento da busca inalcançável de um distanciamento temporal já existente, não só ignora a subjetividade do historiador, como também descontextualiza e destemporaliza a atuação historiográfica no próprio tempo da escrita da história. Desse modo, se “toda história é uma história contemporânea” (CROCE, 1964 *apud* VLASSOPOULOS, 2007, p. 3), a narrativa antiga não pode ser uma única exceção à essa regra geral.

Não obstante, para a melhor compreensão sobre a importância da temporalidade na atualidade do historiador antiquista, vale destacar a especificidade do uso do presente no fazer histórico. Partindo das contribuições de Ankersmit (1988), a Histórica científica, em sua magnitude de especializações, opera com formas criadas pelas reconstruções de cientistas modernos sobre o passado inacessível, a partir da (re)criação de uma sensação de completude, realidade e concretude gerida no próprio tempo do historiador. Esse acesso a esse passado distante é realizado indiretamente por meio de vestígios do presente, que não são o próprio passado em si, mas “constituem um terceiro sentido para o termo História: o de passado realmente existente hoje” (GUARINELLO, 2003, p. 42-43). Dessa forma, essa tentativa de inteligibilidade do passado longínquo por meio do presente funde-os em um só, ou seja, transforma a historiografia no principal componente de um passado-presente, segundo Croce (1964).

Em meio a essas compreensões metodológicas do tempo, é fato que, mesmo seguindo teorias vinculadas à tradição ou à modernidade, o estudo histórico do Mediterrâneo Antigo apresenta empecilhos específicos que, à primeira vista, parecem dificultar o fazer historiográfico e,



consequentemente, o discurso histórico. Dentre eles, a divergência de fatos quantitativos e a inexistência de documentações históricas em regiões periféricas aos centros hegemônicos são aqueles que mais aparecem nas justificativas metodológicas contidas nas apresentações e nos prefácios das mais variadas obras clássicas.

Partindo dessas impossibilidades de fontes historicamente confiáveis, de acordo com Cabanes, “o historiador da Antiguidade deve frequentemente admitir sua ignorância sobre pontos importantes da vida dos antigos, pois nosso saber é frágil, limitado, construído a partir de uma documentação fragmentária, muitas vezes lacunar” (CABANES, 2009, p. 16). Ainda segundo as exortações do autor antiquista, a escassez de documentos, principalmente aqueles voltados às regiões periféricas à centralidade das cidades antigas, não deve ser um elemento desestimulante, mas sim um fato instigador de curiosidade. É claro que “[...] quanto mais documentada, exata, produtiva a investigação, mais livremente nossa arte se movimenta” (RANKE, 2010, p. 209), porém não se pode negar a adoção de uma engenhosidade por parte dos estudiosos como um caminho que tenta contornar essas dificuldades inerentes ao antiquismo. Desse modo, é necessário entender esses possíveis empecilhos específicos da temporalidade antiga não como um dificultador, mas sim como uma fonte inesgotável de instigação concreta, o que leva necessariamente à adoção de métodos inovadores movidos pela urgência criativa do historiador em seu próprio tempo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio aos debates propostos sobre os métodos da historiografia antiga, é possível concluir que existem especificidades que norteiam o ofício dos historiadores antiquistas. É fato que particularidades estão presentes em toda atividade humana de registro histórico, mas, como vimos, a distância espaço-temporal já existente na Antiguidades e alguns possíveis empecilhos específicos existentes nesse recorte histórico, por exemplo, compõem o quadro de singularidades únicas da história antiga, o que, ao passo que a diferencia de outros períodos, também é um dos principais motivadores de interesse metodológico e de fascínio histórico.

Nessa direção, como vimos, tal unicidade se iniciou na própria construção do discurso poético-mitológico lá no contexto das *póleis* gregas antigas. A atuação dos Poetas, enquanto Mestres da Verdade, foi fundamental para esse processo, uma vez que reunia pretensões à eternidade e tentativas incipientes de reforço regional à uma espécie de coesão social. Essa tradição, surgida no Período Arcaico, contribuiu para o nascimento do discurso histórico e de toda a sua metodologia específica e



laicizada. Entretanto, em um ambiente permeado por mitos e fabulações, a validade dessas fontes literárias é questionada.

Opondo os preceitos de Finley (1989) e Trabulsi (2001), esse presente trabalho tentou elucidar esse longo debate metodológico, apresentando as convergências e divergências presentes em ambos os lados. Mesmo assim, pode-se concluir que as narrativas de Homero, como sínteses específicas de uma importante tradição oral e de uma realidade político-social presente unicamente na forma *pólis* (TRABULSI, 2001, p. 22-23), podem ser utilizadas como importantes fontes histórico-literárias da Antiguidade e, por isso, devem ser consideradas como tal, devido à sua característica representacional historicamente específica e à sua inegável influência nas narrativas históricas posteriores ao período homérico.

Com a apresentação da síntese desse debate historiográfico, para que novas discussões específicas pudessem ser levantadas, o escopo do trabalho precisou ser deslocado para um tempo cronológico mais próximo da contemporaneidade. Nessa direção, foi abordado a questão do idiografismo histórico e do dedutivismo, além do debate quanto à validade ou não do tempo presente no mote impulsionador do historiador, a partir do clássico embate entre tradicionalistas e modernistas. Nesse ínterim, enquanto no primeiro debate houve uma tentativa conciliadora de relacionar as especificidades antigas tanto em seus aspectos gerais quanto particulares, no segundo seguimos a tendência modernista de Loraux (1992) e tentamos elucidar sobre a questão da contemporaneidade na historiografia. Assim, a partir desse posicionamento, concluímos que é inegável que há uma importância metodológica na questão das representações que norteiam o hoje do historiador e, por conta disso, o tempo presente precisa ser a ponte necessária que elucidará as memórias acessíveis do hodierno e as inacessíveis do pretérito.

Por fim, após a apresentação dessas especificidades, tornou-se necessário apresentar alguns empecilhos específicos da temporalidade antiga que, aparentemente, parecem impor dificuldades ao fazer historiográfico. Nessa via, a partir das exortações de Cabanes (2009), uma declaração de ignorância permanente em relação a esse recorte temporal precisa ser a primeira etapa do método histórico antiquista, uma vez que ela é metodologicamente libertadora e permite a adoção livre – mas, igualmente, centrada – de métodos inovadores movidos pela urgência criativa da figura do historiador, como forma de tentar se desvincular dessas possíveis dificuldades específicas.

## REFERÊNCIAS

ANKERSMIT, F. R. “Historical Representation” **History and Theory**, vol. 27, n. 3, 1988.



AUERBACH, E. **Mimesis**. A representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BENTIVOGLIO, J. “Leopold von Ranke”. *In*: MALERBA, J. (Org.). **Lições de História**: o caminho da ciência no longo século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS / Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CABANES, P. **Introdução à história da Antiguidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

CROCE, B. **História, pensamento e ação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

DETIENNE, M. **Os Mestres da Verdade na Grécia Arcaica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

FINLEY, M. **O Mundo de Ulisses**. Lisboa: Presença, 1982.

FINLEY, M. **Uso e Abuso da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GUARINELLO, N. L. “Uma morfologia da História: as formas da História Antiga”. **Politeia**, vol. 3, n. 1, 2003.

KANT, I. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LORAUX, N. “Elogio do anacronismo”. *In*: NOVAES, A. (org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

MACHADO, R. S. “História e Poesia na Poética de Aristóteles”. **Mneme: Revista de Humanidades**, vol. 2, n. 3, 2001.

RANKE, L. “O Conceito de História Universal”. *In*: MARTINS, E. R. (org.). **História Pensada**: Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

TRABULSI, J. A. D. **Ensaio sobre a Mobilização Política na Grécia Antiga**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

VLASSOPOULOS, K. **Unthinking the Greek Polis**. Ancient Greek History Beyond Eurocentrism. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.



## **BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)**

Ano III | Volume 7 | Nº 21 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

### **Editor chefe:**

Elói Martins Senhoras

### **Conselho Editorial**

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

### **Conselho Científico**

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima